

Violência nas relações íntimas entre mulheres – revisão integrativa da literatura

Daniel de Souza¹, Mateus Alves Silva², & Adriano Beiras²

Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil

RESUMO

A violência por parceiro íntimo (VPI) é amplamente retratado do ponto de vista heterossexual e poucas são as representações da violência na intimidade homossexual. Dessa maneira, o objetivo deste artigo foi analisar a literatura sobre a violência por parceiro íntimo nas relações entre mulheres que fazem sexo com mulheres. Metodologicamente, o estudo corresponde a uma revisão integrativa da literatura que analisou 60 artigos publicados em português, inglês e espanhol, disponibilizados nas bases SCIELO; Periódicos CAPES; Biblioteca Virtual de Saúde; Redalyc e Dialnet, publicados entre 2012-2019. Os achados foram analisados descritivamente a partir de um instrumento elaborado pelos autores denominado protocolo de revisão. Os resultados foram aglutinados em cinco categorias que discutem os aspectos culturais relacionados à VPI nessa população, a saber: 1º) Gênero; 2º) Intergeracionalidade da violência; 3º) Estresse minoritário; 4º) Abuso de substâncias e 5º) Barreiras para o enfrentamento da VPI, que mostram a influência intergeracional na violência íntima e que os estereótipos de gênero invisibilizam a violência íntima entre mulheres por fazer com que essas sejam pensadas como não agressoras. As mulheres são atravessadas por interseccionalidades que acentuam o estresse vivido por serem minoria sexual. Além de barreiras para o enfrentamento da VPI. Envolvem também o não preparo do Estado para lidar com a VPI não heterossexual.

Palavras-chave

Violência por parceiro íntimo; mulheres que fazem sexo com mulheres; gênero; lésbicas; mulheres bissexuais

ABSTRACT

Intimate partner violence (IPV) is widely portrayed from a heterosexual point of view, and there are few representations of violence in homosexual intimacy. This article analyzes the literature on intimate partner violence in relationships between women who have sex with women. Methodologically, the study corresponds to an integrative literature review that analyzed 60 articles published in Portuguese, English, and Spanish, available in the SCIELO databases; CAPES journals; Virtual Health Library; Redalyc and Dialnet, published between 2012-2019. The findings are analyzed descriptively using an instrument developed by the authors, called the review protocol. The results are presented into five categories that discuss cultural aspects related to IPV in this population. 1st) Gender; 2nd) Intergenerational violence; 3rd) Minority stress; 4th) Substance abuse and 5th) Barriers to coping with IPV, which show the intergenerational influence on intimate violence and that gender stereotypes make intimate violence between women invisible by making them think of themselves as non-aggressors at the same time. Women are crossed by intersectionalities that accentuate the stress experienced by being a sexual minority, and the barriers to coping with IPV involve the State's lack of preparation to deal with non-heterosexual IPV.

Keywords

Intimate partner violence; women who have sex with women; genre; lesbians; bisexual women

¹ Correspondence about this article should be addressed to Daniel de Souza: dancerdeira01@gmail.com

² **Conflicts of Interest:** The authors declare that the research was conducted in the absence of any commercial or financial relationships that could be construed as a potential conflict of interest.

Violence in intimate relationship between women - integrative literature review

Introdução

A violência por parceiro íntimo (VPI) é considerada um fenômeno complexo e representa um fator de agravo à saúde e vulnerabilidade social a partir das várias formas de sua manifestação, sendo reconhecida internacionalmente como um problema de saúde pública (Coelho, Silva & Lindner, 2018; Silva et al., 2020). Nesse sentido, a VPI, de acordo com a Associação Americana de Psicologia (2001), consiste em um padrão contínuo de comportamentos, atitudes e crenças em que um parceiro íntimo tenta manter poder e controle sobre o outro através do uso de coerção psicológica, física e/ou sexual, patrimonial, moral e inclui também o comportamento controlador, tendo consequências em toda a uma dimensão social. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010, 2012, 2013) contribui a discussão explicando que a VPI é entendida como sendo uma experiência de atos de violência perpetrados pelo parceiro atual ou passado, registrados a partir da idade de quinze anos, envolvendo uma ampla gama de ações, indo desde a esfera doméstica a qualquer outra forma de relação, independentemente de as partes coabitarem ou não.

É reconhecido nacional e internacionalmente, que a VPI tem seu foco de pesquisa a partir das relações heterossexuais (Curia et al., 2020) e pesquisas envolvendo VPI em sujeitos homossexuais são comparativamente escassas na literatura (Santos & Caridade, 2017; Meza-de-Luna, Cantera, Blanch, & Beiras, 2016). Dessa maneira, o objetivo deste artigo foi analisar a literatura publicada no formato de artigos científicos entre 2012-2019 sobre a VPI entre mulheres que fazem sexo com mulheres (MSM) através de uma revisão integrativa da literatura (RI). A categoria MSM foi escolhida para se referir a mulheres que mantêm relações íntimas com outras mulheres independente da sua orientação sexual, incluindo assim mulheres lésbicas e mulheres bissexuais (Rufino, Madeiro, Trinidad, Santos & Freitas, 2018).

Para nos ajudar na compreensão do objeto de estudo, utilizaremos o conceito de “Estresse Social Minoritário” que auxilia na explicação da VPI entre pessoas do mesmo sexo, tanto na vitimação, na perpetração e também na violência bidirecional (Messinger, 2017; Miskolci, 2009) De acordo com Meyer (2003), o estresse social minoritário discute que os membros de um grupo estigmatizado experimentam estressores comuns em maiores intensidades e estressores adicionais e únicos envolvendo três aspectos: (a) a experiência direta de rejeição ou violência como resultado da orientação sexual; (b) a

construção da própria identidade a partir das atitudes negativas da sociedade em relação à diversidade sexual; (c) a antecipação do preconceito, que está associada, por exemplo, a ocultação da orientação sexual.

Aliado ao conceito anteriormente citado, a perspectiva que adotamos neste estudo versa sobre o gênero, onde entendemos que este é uma narrativa histórica e está diretamente relacionado com as relações de poder, assim como também constitui as relações sociais alicerçadas nas diferenças percebidas e atribuídas aos sexos (Scott, 1989). De acordo com Hamel (2009), a perspectiva cristalizada de gênero, comumente entendida na ótica patriarcal, estipula que a VPI é exercida por homens, motivados pela necessidade de domínio sobre as mulheres e pela manutenção do privilégio masculino e quando as mulheres são violentas, presume-se legítima defesa e as consequências da violência perpetrada por mulheres é considerada mínima.

A cristalização das perspectivas de gênero, que diz que as mulheres não são preponderantes na perpetuação de violência, é a mesma que mantém a invisibilidade da violência na intimidade entre MSM. Essa falácia considera apenas o homem (ou o masculino) como passível de atuar a agressão, o que institui, nos casos de VPI entre mulheres, a masculinização da mulher perpetradora de violência.

A partir disso, é importante ressaltarmos que a violência nas relações entre parceiros íntimos pode ser exercida tanto pelo homem quanto pela mulher, ou por ambos, em uma relação heterossexual ou homossexual. De acordo Johnson & Leone (2005), é preciso superar o reducionismo que pré-determina supostas definições dentro de uma relação íntima, principalmente quando voltamos nossas atenções a episódios de VPI. Entendemos que a complexidade desse fenômeno envolve não somente as perspectivas de gênero, mas também outros aspectos que estão para além da relação íntima, como as perspectivas de raça e classe. Além do mais, alguns dados nos provocam a refletir sobre o proposto.

Em um estudo com 151 participantes homossexuais, dos quais 64,2% eram mulheres, as autoras Costa, Machado e Antunes (2006) verificaram que 39,1% dos participantes exerceram algum tipo de comportamento violento, enquanto 37,7% relataram ter sido vítima de pelo menos um ato violento perpetrada pela(o) parceira(o). Souza (2018), ao investigar os significados de relacionamentos abusivos para um grupo de jovens universitários, observou que as mulheres participantes da pesquisa, ao mesmo tempo em que sofriam violência, também conseguiam perpetrá-la e suas motivações eram baseadas em significações derivadas da monogamia, como o ciúme. Mas ainda assim, o

autor assumiu que ainda é difícil que a sociedade entenda mulheres como perpetradoras de VPI.

Nesse sentido, no Brasil, temos a Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha que é um marco histórico na luta contra a violência doméstica. Ela modificou o comportamento do agressor e da vítima e atua em três eixos: prevenção e educação com relação aos casos de violência, proporcionando maior empoderamento para que a vítima pudesse denunciar; punição ao agressor e aperfeiçoamento dos mecanismos do Estado para atender de forma mais efetiva os casos de violência doméstica; e proteção à integralidade física e dos direitos da mulher (Pasinato, 2010). Mas como a Lei Maria da Penha atua em relação à violência perpetrada por uma mulher contra uma outra mulher em uma relação íntima? Discutiremos sobre isso no decorrer do estudo.

Em 2015, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) produziu um documento avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha, que demonstrou um efeito estatisticamente significativo da lei para fazer diminuir os homicídios de mulheres associados à questão de gênero (Cerqueira, Matos, Antunes & Junior, 2015). Entretanto, a avaliação da efetividade da lei não mencionou a violência que ocorre nas relações íntimas entre mulheres.

Já no evento Roda de conversa sobre aplicação da mesma lei para mulheres lésbicas e bissexuais, realizado pela Casa da Mulher Brasileira de Brasília (2015), foi destacado que do total de 364.627 atendimentos realizados pelo Ligue 180, no primeiro semestre de 2015, 110 se referiram a situação de violência em relação entre MSM. O Relatório de Violência LGBTfóbica de 2016, organizado pelo Ministério dos Direitos Humanos (2018) demonstrou um aumento do registro de violências contra mulheres lésbicas, mas a maioria perpetrada por homens. Assim, a atenção a VPI dessa população é muito baixa em comparação com as políticas, diretrizes e produção de conteúdo destinadas aos casos de VPI heterossexual.

A VPI entre MSM ainda enfrenta a subnotificação seja pela não denúncia, seja pela invisibilização dessas relações. Valadão e Gomes (2011) afirmam que tanto o silêncio quanto o não silêncio de práticas sexuais entre mulheres podem remeter a uma violência contra essas. Por um lado, fatores socioculturais impedem a denúncia da violência perpetrada pela parceira e, do outro lado, o medo de não ser acreditada ao contar sobre a violência também impede o fato. Também é apontado o despreparo dos profissionais do Estado para lidar com a VPI não heterossexual. Um estudo realizado em 2009, acerca da VPI homossexual, entrevistou 126 profissionais, sendo 113 técnicos de

apoio à vítima e 13 magistrados do Ministério Público e juízes, apontou a consciência desses profissionais a respeito da falta de preparação das autoridades para o acolhimento e apoio a vítimas (Topa, 2009).

O estudo da VPI em relação não heterossexuais se torna ainda mais necessário quando trazemos o fato de que em 2011, o Supremo Tribunal Federal brasileiro reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo como entidade familiar e dessa maneira, foi estendido a essas pessoas os mesmos direitos e deveres daquelas em uniões heterossexuais. Escolhemos a revisão integrativa como método para a realização deste estudo no intuito de entrar em contato com o que se tem produzido sobre a VPI entre MSM para que em outro momento, já munidos de um conhecimento inicial, pudéssemos realizar pesquisas empíricas e comparar dados do Brasil e dados internacionais. E a partir dessas provocações, encontramos as motivações necessárias que servem de partida para este artigo.

Método

Tipo de pesquisa, definições de critérios e bases

Esse estudo corresponde a uma revisão integrativa da literatura. Escolhemos esse tipo de revisão porque o mesmo consiste em uma ampla análise de literatura, possibilitando o trabalho com dados teóricos e empíricos. Além do mais, esse tipo de revisão, ao ter como objetivo compreender um determinado fenômeno a partir de estudos anteriores, possibilita a revisão teórias e a análise de problemas metodológicos de um tópico particular (Whittemore & Knafl, 2005).

O universo do estudo foi constituído de artigos que abordam a temática Violência nas relações homossexuais, cujo levantamento correspondeu ao período de 2012 a 2019 (a temporalidade reflete o andamento de uma pesquisa em andamento, no formato de iniciação científica e também uma tese de doutoramento em Psicologia). Quanto a escolha de artigos para a revisão, entendemos sua relevância por que os mesmos são formas de comunicação científica rápida, concisa e de fácil acesso. Como critério de inclusão, adotamos: a publicação deverá estar dentro da temática proposta anteriormente, nos idiomas inglês, português e espanhol, publicados entre janeiro de 2012 e julho de 2019. Como critérios de exclusão: ficam excluídas as publicações cujos processos não tivessem de acordo com a temática abordada por esta revisão, bem como a exclusão de publicações

fora da temporalidade especificada que não sejam no formato de artigos científicos (Teses, dissertações e afins).

A busca dos dados se deu nas bases tanto das ciências da saúde quanto das ciências sociais, dada a interdisciplinaridade do tema, conforme proposto por Whittemore e Knafl (2005). Vale ressaltar que os descritores foram devidamente validados em língua portuguesa e espanhola nos Descritores da Biblioteca Virtual de Saúde (Dec's BVS), em inglês na base de descritores MeSH (Medical Subject Headings). As bases de dados em que as coletas foram feitas são: SCIELO; Periódicos CAPES; BVS; Redalyc; Dialnet. Os descritores combinados para busca foram: “Violência por Parceiro Íntimo e Gay”; “Violência por Parceiro Íntimo e Mesmo Sexo”; “Violência por Parceira Íntima e Lésbica” (Sendo devidamente traduzidos para o espanhol e inglês).

Fase 1: coletas dos artigos

Nessa fase, imergimos nas bases de dados para a coleta. Na base CAPES, com os descritores em língua portuguesa, foram encontrados um total de 42 resultados. Na mesma base, mas com os descritores aplicados em língua inglesa, encontramos mais de dez mil resultados. Diante dessa questão, utilizamos o critério de relevância da CAPES (que apresenta os artigos mais citados) para fazer um recorte nesse momento da pesquisa, dada a impossibilidade de analisar todos os resultados (não excluímos a base por entender que a mesma é relevante demais para ser ignorada). Assim, em língua inglesa, foram coletados 150 resultados (50 para cada combinação de descritores). Ainda na base CAPES, mas com os descritores em língua espanhola foram coletados 355 resultados.

Na base SCIELO, com a aplicação e busca de todos os descritores em língua portuguesa e em língua espanhola, não se obteve nenhum resultado. Já com a busca em língua inglesa, foi obtido um resultado. Na Biblioteca Virtual de Saúde – BVS (incluindo as bases Berime, Lilacs e Pepsic), obteve-se um total de 10 resultados, onde, com a busca em língua portuguesa, encontrou-se um artigo. A busca em língua inglesa trouxe três resultados e em língua espanhola, obtivemos seis resultados. Na base Redalyc, o total de resultados colhidos foi de 33. Em língua portuguesa, obtivemos 12 resultados. A coleta em língua inglesa trouxe um total de 13 resultados e em língua espanhola, obteve-se o total de 8 resultados. Na base Dialnet, obteve-se um total de 112 resultados, onde não se obteve resultados com a aplicação dos descritores em língua portuguesa. Em língua inglesa, obtivemos 69 resultados. Em língua espanhola, obteve-se 43 resultados.

Seguimos então para a tratativa/organização inicial dos dados obtidos. O total geral de resultados coletados até essa etapa foi de 511. Nesse momento, se deu a exclusão dos resultados que não correspondiam ao formato de artigos científicos. Então, passou-se a trabalhar com 503 resultados (oito resultados foram excluídos), onde o próximo passo foi a exclusão dos artigos repetidos nas bases de origem. Nesse momento da organização dos artigos, trabalhou-se com 361 artigos restantes para o terceiro corte, ainda na esfera de artigos repetidos, mas dessa vez, listou-se todos os artigos em uma nova planilha do Excel para a exclusão dos repetidos entre as bases. Nessa etapa, 25 artigos foram excluídos, restando 336.

Fase 2: Instrumentos e avaliações

Nessa fase, passamos as análises iniciais dos trabalhos coletados, onde foi realizada a leitura do título, resumo e palavras-chave de cada um dos 336 artigos. Destes, 253 foram excluídos por não se mostrarem dentro dos objetivos deste trabalho. Restaram então 83 artigos que foram lidos por completo, para o preenchimento do instrumento (protocolo de RI) desta pesquisa. Este protocolo baseia-se nos estudo de Evans e Pearson (2001) e contém: a pergunta da revisão, os critérios de inclusão e as estratégias de busca, assim, o instrumento contém: a) a identificação (título do artigo, título da revista em que foi publicado o artigo, área do periódico, palavras-chave, base de dados, ano e autores e país da publicação); b) metodologia do estudo; c) as principais considerações/resultados e pergunta da pesquisa e d) um campo para que se justifique caso o estudo seja excluído da amostra final. Após a análise, o revisor deu seu parecer de “selecionado” ou “não selecionado” para cada artigo, seguindo o critério de relevância do estudo para a amostra e se contemplava a temática proposta de forma integral.

Elenca-se que 81 foram incluídos após a leitura e preenchimento do protocolo de RI (dois foram excluídos por não apresentarem dados relevantes a este estudo). Aqui temos um recorte importante a ser citado, o que definiu o tipo de estudo apresentado. Dos 81 artigos selecionados após leitura integral no protocolo de RI, 21 tratavam exclusivamente da VPI nas relações entre homens, 15 tratavam exclusivamente de VPI nas relações entre mulheres e 45 abordavam o tema nos dois tipos de relações. Diante disso, para garantir uma melhor compreensão, resolvemos recortar este estudo em dois artigos, onde neste, abordamos a VPI nas relações entre mulheres.

Nesse sentido, os 15 artigos que tratam do tema serão analisados e também os 45 artigos que tratam da VPI nas relações masculinas e femininas, mas com o foco somente nas relações femininas. Durante o preenchimento dos protocolos de RI, tomamos o cuidado de separar as experiências de VPI masculina e experiências de VPI feminina. Os estudos sobre VPI masculina, bem como o foco nesse fenômeno dos demais artigos ficam para um outro estudo. Assim, apresentaremos os resultados que abordaram a VPI nas relações homossexuais femininas, mas antes, deixamos registrado o fluxograma de coleta e tratativa dos artigos.

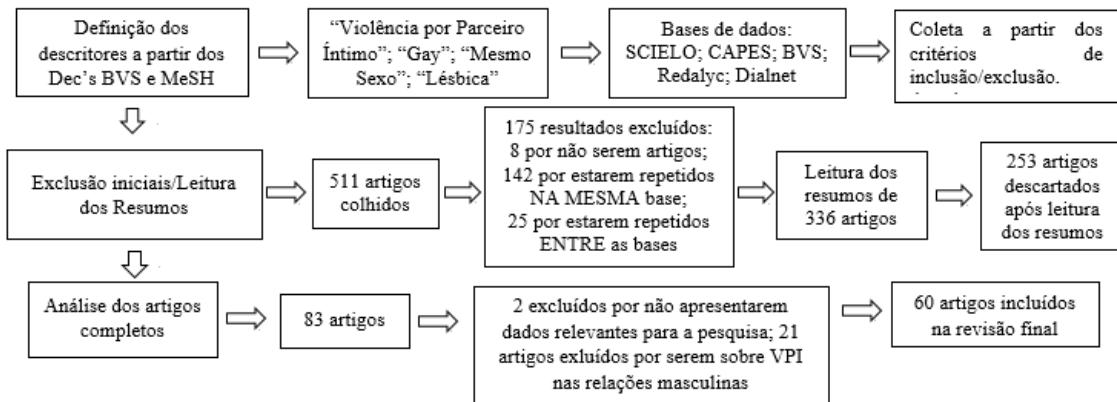


Figura 1. Coleta e tratativa dos artigos. **Nota.** Elaborado pelos autores

Resultados

Em um primeiro momento, apresentaremos as características dos artigos incluídos nessa etapa da revisão. Dos 60 artigos analisados, 46 foram coletados na base Portal Periódicos CAPES, oito provenientes da Dialnet, quatro da Redalyc, um da BVS e um da Scielo. O idioma predominante das publicações foi o inglês, com 49 publicações, seguido do espanhol, com nove publicações e o português, com duas publicações. Os países em que os estudos foram publicados mostraram que onde mais se publicou sobre esse tema foi nos Estados Unidos (EUA), com 36 publicações, seguido do Reino Unido, com cinco publicações. A Espanha apareceu logo em seguida com três publicações sobre o tema. Outros países da Europa também apareceram, como Holanda, Estônia, Alemanha, Itália e Suíça, todos com uma publicação cada. Na América do Sul, o Brasil lidera as publicações sobre VPI homossexual feminina, com quatro publicações, seguida da Argentina, com três publicações. Colômbia e Chile aparecem cada um com duas publicações.

A revisão sugere então, que o interesse em pesquisar a VPI vivida por pessoas não heterossexuais volta-se a países do hemisfério norte, com especial atenção aos EUA. O Brasil, apesar de liderar as pesquisas na América Latina, tem poucas pesquisas se comparadas com os EUA, o que demonstra que o universo da VPI ainda é pouco explorado por pesquisadores/as brasileiros/as. O ano das publicações, cronologicamente é assim descrito: quatro artigos foram publicados em 2012, seis em 2013, três em 2014,

15 em 2015, dez em 2016, dez em 2017, dez em 2018 e até o recorte deste artigo, duas publicações tinham sido feitas.

Os estudos sobre a VPI homossexual tiveram seu início apenas em meados dos anos 80, mas com foco na VPI entre homens que fazem sexo com homens, pois o estudo desse fenômeno estava muito associado a epidemia de HIV que os atingia naquela época (Elísio, Neves & Paulos, 2018). Em comparação, o fenômeno da VPI homossexual feminina continuou invisibilizado, mas análise mostra que o interesse na VPI homossexual feminina vem crescendo ao longo do tempo.

Quanto à metodologia dos estudos, predominantemente foi quantitativa, com 34 artigos nessa abordagem. Dez artigos tiveram abordagem qualitativa, um teve abordagem quali+quanti e os estudos teóricos apareceram como sendo sete revisões narrativas e oito revisões sistemáticas. Esse levantamento nos permite refletir que o interesse quantitativo nas pesquisas de VPI entre MSM pode refletir o próprio modelo de funcionamento positivista hegemônico das ciências, que para ter inteligibilidade frente à comunidade científica hegemônica e até mesmo ao poder público, pode acabar por quantificar a vida. O principal instrumento de coleta descrito foi o questionário, correspondente a um roteiro estruturado de perguntas que permite o alcance de muitas pessoas e pode ser analisado de maneira descritiva trazendo dados sobre a população investigada (Henrique, Artmann, & Lima, 2019). Esse pode ser um instrumento assertivo quando se fala em populações marginalizadas, como as MSM, pois o questionário pode ser respondido de forma *on line*, por exemplo, evitando que as participantes exponham sua identidade.

Levantamos a área dos periódicos em que os artigos foram vinculados para entender melhor quais áreas do conhecimento tem se interessado pelo tema, e encontramos a Psicologia, a Saúde Coletiva, a área Interdisciplinar, a área da Educação, Linguística e Literatura, o Direito, a área de Comunicação e Informação, a Sociologia e Antropologia. Entende-se que a VPI acaba não sendo objeto de uma área de conhecimento específica, mas que a complexidade que envolve o fenômeno requer o encontro de várias áreas do saber (Moreno-Méndez, Rozo-Sánchez, Perdomo-Escobar & Avendaño-Prieto, 2019).

Discussão

Após essa breve caracterização, apresentaremos as categorias em que os resultados foram organizados, que representam aspectos culturais ligados a VPI entre MSM. Por conta da quantidade de artigos analisados, fizemos um apanhado geral para que as informações pudessem ser trabalhadas no formato de artigo científico. Assim, apresentamos nas categorias a seguir, as variáveis mais encontradas nos estudos analisados, já problematizadas com referencial pertinente, a saber:

Gênero

É sugerido que os estereótipos tradicionais de gênero atravessam todas as esferas da VPI entre MSM, onde por exemplo, os estereótipos de que as mulheres são mais fracas, não violentas e precisam de proteção se demonstram um obstáculo à conscientização e aceitação de outros tipos de relações afetivas envolvidas em violência, além de outros agressores e vítimas de VPI. Dessa forma, os episódios de agressão podem ser compreendidos como demonstração de masculinidade, não deixando espaço para que se reconheça uma mulher como possível agressora na intimidade (Santos, 2012).

Dito isso, relações de poder entre mulheres são pensadas como não existentes dadas as características de seu gênero, ou que as relações de poder, se existirem, são produzidas pela adesão a papéis heterossexuais de cada um dos membros do casal. Assim, a VPI entre MSM geralmente é vista como uma reprodução do domínio sexual de uma cultura heterossexual pelas mulheres, onde a mulher que perpetua a VPI é encarada de um ponto de vista masculinizante, ou seja, ela seria o “homem da relação” e a mulher vítima sim seria a “mulher da relação”. Mas aqui, propomos a reflexão de que é necessário desconstruir esse esteriótipo de gênero que relaciona a violência diretamente as masculinidades, pois pela própria proposta deste estudo, observamos que mulheres também podem exercer violência, o que foge a lógica heteronormativa de que somente homens a exercem. O achado então corrobora com estudos como os de Hamel (2009) e de Osório, Sani & Soeiro, (2020), quando os autores discutem que mulheres podem ser autoras de violência na intimidade, nos provocando a refletir sobre a complexidade do fenômeno da VPI.

A heteronormatividade consiste na utilização da heterossexualidade como padrão de expressão sexual, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior (Teixeira &

Carneiro, 2018), e assim haveriam expectativas, demandas e obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade (Miskolci, 2009). A heteronormatividade está na base da essencialização da mulher como vítima e como não violenta (González, 2016).

Uma das maneiras de reprodução da VPI baseada na heteronormatividade por mulheres refere-se, por exemplo, através do estilo intenso e íntimo de relação, enfatizando a monogamia do relacionamento. Diante disso, consequentemente, podem ocorrer comportamentos controladores, dependência socioemocional e VPI perpetrada ou vitimada, onde um dos significados presentes em especial é o ciúme, que naturaliza e minimiza a VPI, pois muitas vezes é pensado como “o tempero” da relação ou como demonstração de afeto e cuidado (Oliveira, Assis, Njaine & Pires, 2016).

Ao refletir sobre a monogamia como um aspecto presente nas relações entre mulheres, o conceito de mononormatividade pode auxiliar na compreensão da VPI neste público. O conceito diz respeito à imposição da monogamia como compulsória, explicitada na cultura e aparentando ser um sistema “onipresente” e natural para relacionamentos conjugais e que detém privilégios aos que se adequam a esse sistema (Porto, 2018; Costa & Ribeiro-Gonçalves, 2020; Conley, Matsick, Moors & Ziegler, 2017; Conley, Piemonte, Gusakova, & Rubin, 2018).

É reconhecido que a monogamia é amplamente relacionada como parte da norma heterossexual, e aqui levantamos o questionamento: até que ponto os aspectos monogâmicos vivenciados nos relacionamentos entre mulheres apontam para uma reprodução da mononormatividade heterossexual? Apesar de não termos respostas para o questionamento, temos pistas que pairam sob as perspectivas de gênero, que fazem com que a vida da mulher seja voltada ao relacionamento amoroso e também a maternidade compulsória.

Como citado anteriormente, aspecto presente nas relações conjugais entre mulheres é o ciúme, que pode ter como função nesse cenário a garantia da mononormatividade nas relações entre mulheres, pois dessa forma, MSM estariam mais adequadas às normas sociais do seu gênero e se chegaria então a homonormatividade, que diz respeito a como homossexuais tentam se adequar às normas heterossexuais (Oliveira, 2013).

Baseado nisso, é demonstrado na revisão que o heteronormatividade influencia diretamente na prevalência de VPI em relações entre mulheres através da: invisibilização da VPI proposta pelas normas de gênero, da mononormatividade e da

homonormatividade, uma vez que esses fatores afetam dois membros da díade, em vez de moldar as relações de poder entre eles. Nesse sentido, a ausência de supostas diferenças de gênero que, de outra forma, proporcionam caminhos mais estruturados para a distribuição de poder dentro da relação, podem resultar em violências bidirecionais.

E para além do gênero, não podemos deixar de pensar nas intersecções sociais. A interseccionalidade busca articular as dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos de opressão (Crenshaw, 2004). Dessa forma, sugerimos que MSM por serem atravessadas por um lado pelas discriminações baseadas na orientação sexual e por outro pelas discriminações baseadas em gênero estão em risco para a VPI na intimidade e que esse risco aumenta quando pensamos em outras intersecções, como as de raça e classe, dentre outras, o que pode dificultar a busca por ajuda adequada (Oliveira, Couto, Separovich & Luiz, 2020).

Estresse minoritário

Os fatores que se associaram significativamente ao relato de VPI entre MSM ressaltam o papel potencial do estresse minoritário na formação do risco de envolvimento em violência por casais do mesmo sexo. A revisão sugeriu a influência de estressores minoritários, como a homofobia e heteronormatividade para o desenvolvimento da VPI, além da falta de redes de apoio e replicação de modelos familiares comportamentais heterossexuais, onde o estresse que MSM passam começa em muitas experiências durante a infância, e são reforçadas pelas desigualdades de gênero, o que pode contribuir para a experiência de homofobia internalizada.

O conceito de homofobia é utilizado para designar o preconceito e discriminação contra pessoas não-heterossexuais e a tudo que faz alusão a não-heterossexualidade, podendo se manifestar também no próprio indivíduo homossexual em direção a si e a outros homossexuais (bem como a tudo o que fizer alusão à homossexualidade ou tudo que é percebido como subversivo a heterossexualidade). Quando manifestada dessa forma, ela recebe o nome de homofobia internalizada, que se conceitua como uma atitude negativa por parte dos indivíduos homossexuais acerca da sua orientação sexual (Costa & Nardi, 2015). Dessa forma, o estresse associado à homofobia internalizada precisa ser considerado na VPI de MSM.

Além disso, o fator estigma sexual representa uma faceta única que mostra o quanto as relações entre pessoas do mesmo sexo são desvalorizadas, e acaba por fornecer

a base para o estresse das minorias sexuais como um determinante único da perpetração e vitimização de VPI entre as populações LGBT, pois favorece a existência do tabu social no coletivo que invisibilizam a existência desse tipo de violência, favorecem a existência de barreiras de bem-estar e opressão institucional, produzindo uma revitimização das vítimas e, por outro, criam medo de relatar os fatos devido a consciência de que vítimas de VPI do mesmo sexo enfrentam uma crença social de que suas vidas e relacionamentos não são aceitáveis.

Abuso de substâncias

Os dados analisados na revisão sugeriram que há relação significativa entre o consumo de álcool e outras drogas por mulheres e a violência na intimidade, principalmente no que diz respeito à perpetuação da violência. O uso de álcool e outras drogas é largamente relacionado a VPI heterossexual (Carvalho et al., 2018), e agora, podemos perceber a sua influência na VPI entre MSM.

De acordo com Barbosa et al. (2019) os homens ainda são os principais usuários de álcool e outras drogas, mas mulheres apresentam padrões de consumo específicos que estão diretamente relacionados com as desigualdades de gênero. Bastos e Bertoni (2014) discutem que o consumo de álcool e outras drogas por esse público também se justifica através das mudanças do estilo de vida das mulheres, as quais nos dias atuais estão mais ativas no mercado de trabalho e independentes, tendo como consequência maiores cobranças e isso tem efeito direto na saúde mental das mesmas (Silva, Fernando & Monteiro, 2020).

Stiles-Shields & Carroll (2014), Parente et al. (2015) e Loza, Mangadu, Ferreira-Pinto & Guevara (2020) explicam que indivíduos com orientação sexual para além da heteronorma podem abusar de álcool e outras drogas em taxas mais elevadas do que os heterossexuais, particularmente por se encontrarem discriminados pelo status de minoria sexual, sendo essa uma faceta do estresse social minoritário, onde dessa forma o abuso de álcool e outras drogas pode servir como fator precipitante para a violência e/ou mecanismo de enfrentamento após a violência.

Barreiras para o enfrentamento da VPI entre MSM

A revisão trouxe a reflexão de que as vítimas de VPI entre MSM recorrem principalmente a recursos informais como os amigos para lidar com a experiência de VPI, mas muitas sobreviventes de VPI também podem buscam assistência de fontes formais, especialmente à medida que a violência aumenta, incluindo redes de abuso doméstico, profissionais de saúde e o sistema de justiça criminal, mas são citadas barreiras para o acesso.

A primeira pode ser relatada como o reconhecimento da VPI na própria comunidade LGBT, o qual pode ser usado para estigmatizar a própria comunidade, levando a um obstáculo para discutir o fenômeno de VPI nessa população. O fato é especialmente problemático quando falamos de VPI entre mulheres, que muitas vezes podem não ter sua sexualidade reconhecida (Lira, Morais, & Boris, 2016).

Mott (2001) discute que durante toda a história da humanidade, mulheres tiveram sua sexualidade reprimida e invisibilizada, sendo obrigadas a estar a serviço dos desejos masculinos. A invisibilidade das MSM acaba por fazer parte dos princípios androcêntricos da inferioridade e exclusão da mulher e dominação masculina na sociedade (Bourdieu, 2007). Dessa forma, a hegemonia masculina arraigou-se de tal forma que, muitas vezes, a identidade feminina é discutida em função do sujeito masculino (Beauvoir, 1995).

Outro ponto remete-se às práticas que envolvem abrigos de violência doméstica, que podem excluir vítimas lésbicas da VPI, pois existe um restrito modelo de funcionamento heterossexual nesses espaços e aliado a isso, mulheres podem recusar o processo judicial devido a vários fatores, dentre eles, a falta de apoio especializado de políticas públicas que atendam suas demandas específicas, a reconciliação com sua parceira, o estresse de ter duplamente se expor (expor sua orientação sexual e expor a situação de violência vivenciada), dentre outros.

Nesse ponto do estudo, vale citar a Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que é um mecanismo de proteção integral da mulher independente de sua orientação sexual no Brasil. Dessa forma, a mulher vítima de VPI por parte de sua companheira na intimidade pode recorrer a essa lei no nosso país, mas não de forma tão simples assim.

Pelo texto da lei, podemos interpretar que homens e mulheres podem ser agentes ativos de violência contra a mulher, mas mulheres vítimas de mulheres, para serem

atendidas pela lei, precisam provar sua vulnerabilidade na relação, ou seja, a lei postula que uma mulher vítima de VPI por parte de um homem está necessariamente vulnerável devido às desigualdades de gênero, mas uma mulher vítima de outra mulher não necessariamente está vulnerável. Assim, a MSM vítima na intimidade precisa mostrar além da violência sofrida, que está em uma posição social vulnerável em relação a sua parceira.

Pode-se refletir que esse funcionamento privilegia relações heterossexuais, enquanto dificultam o acesso de MSM às medidas legais de proteção do Estado. Fato esse que pode desencorajar MSM a recorrerem ao auxílio estatal para lidarem com a VPI vivida, além de que quanto menor a escolaridade da MSM, menor pode ser a probabilidade de a mesma recorrer às políticas públicas de VPI.

Além de que o mito heterosexista de que mulheres não são violentas na intimidade (Santos, 2012; Castells, 2020) e o falso pressuposto de que relações homossexuais são isentas de relações de poder auxilia no despreparo do Estado para lidar com a VPI entre MSM, pois essas relações de poder podem se basear em aspectos para além das relações de gênero unicamente, além de que os significados sociais sobre a orientação sexual dissidente interferem no atendimento a MSM vítima de VPI.

A busca por auxílio diante do Estado para a VPI entre MSM é ainda mais dificultada quando falamos de MSM negras devido ao racismo institucionalizado. Aqui, encontramos a intersecção de três fatores sociais: o encontro das discriminações de gênero com as discriminações baseadas em orientação sexual e o racismo, o que, segundo a literatura analisada, faz com que MSM negras recorram a proteção e apoios específicos de suas normas culturais (Holland-Muter, 2019), como por exemplo, a espiritualidade, que funciona como um fator particularmente importante na mediação da experiência de abuso para mulheres negras.

Considerações finais

Para irmos concluindo, o que esta RI propõe de inovador volta-se a reflexão e visibilidade de que o funcionamento heterosexista da sociedade atinge MSM de diversas maneiras, seja pelas desigualdades de gênero, seja pelas discriminações baseadas na orientação sexual, seja no encontro dos dois fatores e isso tem influência direta na VPI dessa população. O fato de se acreditar que mulheres não são violentas e que as relações homossexuais são igualitárias, isentas de processos de violência contribui para o status quo de invisibilização dessa demanda e isso alia-se questão de que fatores de riscos para

ocorrência de VPI podem se acentuar em ambientes que não garantem segurança para as relações entre pessoas do mesmo sexo.

Os resultados apresentam uma possível explicação para a prevalência de VPI entre mulheres não heterossexuais, referindo-se à reação ao domínio da cultura “mono-cis-heteronormativa”, a qual influencia a dinâmica da intimidade e do conflito nas relações entre mulheres. A partir da revisão, foi possível observar elementos formais e informais que são utilizados pelas vítimas de VPI. Os amigos foram a fonte mais comum de apoio informal seguido da busca por apoio na religião. A espiritualidade apareceu como um fator particularmente importante no enfrentamento do abuso para mulheres negras.

A falta de modelos alternativos de explicação da VPI que não sejam os modelos heteronormativos se mostra como uma barreira para que MSM consigam auxílio diante do Estado, onde o funcionamento da Lei Maria da Penha dificulta que MSM consigam atendimento e proteção nos casos de VPI. A homofobia, em relação com o heterossexismo e as desigualdades de gênero, tem muitas repercussões para MSM, pois, por um lado, invisibiliza a existência de VPI entre mulheres e favorece a existência de opressões institucionais, além de produzir revitimização das vítimas. Dessa forma, poucos recursos de enfrentamento estão disponíveis para vítimas de VPI do mesmo sexo e isso pode aumentar os danos nas vítimas.

As limitações do estudo envolvem o fato de que as pesquisas traziam em sua maioria a experiência de VPI de MSM cisgêneras e alguns não deixavam claro a identidade de gênero das participantes. Diante disso, sugerimos a realização de novos estudos que contemplem a violência íntima entre MSM cisgêneras e não cisgêneras, mas não somente em uma ótica quantitativa internacional, como amplamente apareceu nesse artigo, mas em óticas qualitativas e brasileiras, para que possamos compreender melhor como a VPI ocorre nessa parcela da população, além de que se torna importante conhecer como as interseccionalidades entre gênero, raça, classe, orientação sexual e afins operam na violência íntima entre mulheres.

Referências

- American Psychological Association. (2001). *Intimate partner abuse and relationship violence*. Acessado em 31 de Maio de 2021, em:
<https://www.apa.org/about/division/activities/partner-abuse.pdf>
- Barbosa, L. S., Almeida, T. S., Lemos, S.M, Souza, D. C., Da Costa, L. V., Martins, K. S. A., et al. (2019). Abuse of Psychoactive Substances by Women and Treatment Difficulties. *International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)*, 6(8), 295-304.
<https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.68.37>
- Bastos, F. I., & Bertoni, N. (2014). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Editora ICICT/FIOCRUZ, Rio de Janeiro.
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/10019>
- Beauvoir, S. (1995). *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bourdieu, P. (2007). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Carvalho, M. R. da S., Oliveira, J. F. de, Gomes, N. P., Santos, M. M., Estrela, F. M., & Duarte, H. M. da S. (2018). Interface between conjugal violence and alcohol consumption by the partner. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(Suppl. 5), 2109-2115. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0540>
- Castells, F. C. (2020). Violencia conyugal y mujeres acusadas en la provincia de Buenos Aires, Argentina (fines del siglo XIX-principios del siglo XX). *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, 47(2), 151-180. <http://dx.doi.org/10.15446/achsc.v47n2.86145>
- Cerqueira, D., Matos, M., Antunes, A. P., & Junior, M. J. P. (2015). *Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Ipea.
- Coelho, E. B. S., Silva, A. C. L. G. da, & Lindner, S. R. (2018). *Violência por parceiro íntimo: definições e tipologias*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Conley, T. D., Matsick, J. L., Moors, A. C., & Ziegler, A. (2017). Investigation of Consensually Nonmonogamous Relationships. *Perspectives on Psychological Science*, 12(2), 205–232. <https://doi.org/10.1177/1745691616667925>
- Conley, T. D., Piemonte, J. L., Gusakova, S., & Rubin, J. D. (2018). Sexual satisfaction among individuals in monogamous and consensually non-monogamous relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 35(4), 509–531. <https://doi.org/10.1177/0265407517743078>
- Costa, L. G., Machado, C., & Antunes, R. (2006). *Violência nas relações homossexuais: A face Oculta da Agressão na Intimidade*. Escola de Psicologia: Universidade do Minho.
- Costa, A. B., & Nardi, H. C. (2015). Homofobia e Preconceito contra Diversidade Sexual: Debate Conceitual. *Temas em Psicologia*, 23(3), 715-726.
<http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-15>
- Costa, P. A., & Ribeiro-Gonçalves, J. A. (2020). Não monogamia consensual: atitudes e experiências de pessoas heterossexuais, homossexuais e plurissexuais. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 21(1), 104-110.
<http://dx.doi.org/10.15309/20psd210116>
- Curia, B. G., Gonçalves, V. D., Zamora, J. C., Ruoso, A., Ligório, I. S., & Habigzang, L. (2020). Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre

- Violência contra Mulher por Parceiro Íntimo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e189184. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003189184>
- Crenshaw, K. W. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Recuperado de: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf> Acesso em 17 de junho de 2020.
- Elísio, R., Neves, S., & Paulos, R. (2018). A violência no namoro em casais do mesmo sexo: discursos de homens gays. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (117), 47-72. <https://doi.org/10.4000/rccs.8149>
- Evans, D., & Pearson, A. (2001). Systematic reviews: gatekeepers of nursing knowledge. *Journal of Clinical Nursing*, 10(5), 593-599. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2702.2001.00517.x>
- González O. M. (2016). Contribuições para pensar a violência na família: luzes e sombras do discurso feminista. *Quaderns De Psicologia*, 18 (3), 27-42. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1356>
- Hamel, J. (2009). Toward a Gender-Inclusive Conception of Intimate Partner Violence Research and Theory: Part 2 – New Directions. *International Journal of Men's Health*, 8(1), 41-59. <http://doi.org/10.3149/jmh.0801.41>
- Henrique, F., Artmann, E., & Lima, J. de C. (2019). Análise do perfil de gestores de Unidades Básicas de Saúde de Criciúma. *Saúde em Debate*, 43(spe6), 36-47. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019s603>
- Holland-Muter, S. (2019). Making Place, Making Home: Lesbian Queer World-Making in Cape Town. *Revista Estudos Feministas*, 27(3), e67311. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n367311>
- Johnson, M., & Leone, J. (2005). The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: Findings from the National Violence Against Women Survey. *Journal of Family Issues*, 26(3), 322-349.
- Lei 11.340, de 07 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em 17 de junho de 2020.
- Lira, A. N. de, Morais, N. A. de, & Boris, G. D. J. B. (2016). Visibilidade da Vivência Homoparental Feminina: entre Preconceitos e Superações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 20-33. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000152014>
- Loza, O., Mangadu, T., Ferreira-Pinto, J. B., & Guevara, P. (2020). Differences in Substance Use and Sexual Risk by Sexual Orientation and Gender Identity Among University and Community Young Adults in a U.S.-Mexico Border City. *Health Promotion Practice*. 20(1), 6-15.
- Ministério dos Direitos Humanos (2018). *Relatório de Violência LGBTfóbica de 2016: Violência LGBTfóbicas no Brasil: dados da violência*. Ministério dos Direitos Humanos: Brasília.
- Messinger, A. (2017). *LGBTQ Intimate Partner Violence: Lessons for Policy, Practice, and Research*. University of California Press: Oakland.

- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychol Bull.* 129(5), 674-697. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Meza-de-Luna, M. E., Cantera, L. M., Blanch, J. M., & Beiras, A. (2016). Stereotypes of Intimate Partner Violence: Do Sex and Sexual Orientation Matter? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), e323210. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e323210>
- Miskolci, R. (2009). *Abjeção e desejo: afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michel Foucault*. In: Para uma vida não-fascista. Org. Margareth Rago; Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica.
- Moreno-Méndez, J. H., Rozo-Sánchez, M. M., Perdomo-Escobar, S. J., & Avendaño-Prieto, B. L. (2019). Victimización y perpetración de la violencia de pareja adolescente: Un modelo predictivo. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 36, e180146. <https://doi.org/10.1590/1982-0275201936e180146>
- Mott, L. (2001). A revolução homossexual: o poder de um mito. *Revista USP*, (49), 40-59. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i49p40-59>
- Observatório Brasil de Igualdade de Gênero (2015). Casa Da Mulher Brasileira Recebe Roda De Conversa Sobre Aplicação Da Lei Maria Da Penha A Mulheres Lésbicas E Bissexuais. Arquivo de Notícias. Recuperado a partir de <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/casa-da-mulher-brasileira-recebe-roda-de-conversa-sobre-aplicacao-da-lei-maria-da-penha-a-mulheres-lesbicas-e-bissexuais>, acessado em 28 de setembro de 2020.
- Oliveira, J. M. de. (2013). Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de "consolação". *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 68-78. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100009>
- Oliveira, E. de, Couto, M. T., Separavich, M. A. A., & Luiz, O. do C. (2020). Contribuição da interseccionalidade na compreensão da saúde-doença-cuidado de homens jovens em contextos de pobreza urbana. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 24, e180736. <https://doi.org/10.1590/interface.180736>
- Oliveira, Q. B. M., Assis, S. G. de, Njaine, K., & Pires, T. de O. (2016). Violência Física Perpetrada por Ciúmes no Namoro de Adolescentes: Um recorte de Gênero em Dez Capitais Brasileiras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), e32323. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32323>
- Osório, L.; Sani, A.; Soeiro, C. (2020). Violência na intimidade nos relacionamentos homossexuais gays e lésbicos. *Psicologia & Sociedade*, 32, e170358. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32170358>
- Parente, J. S., Belém, J. M., Figueiredo, F. W. dos S., Paiva, L. da S., Garcia, C. de L., Albuquerque, G. A., & Adami, F. (2015). Álcool, drogas e violência: implicações para a saúde de minorias sexuais. *Reprodução & ClimaTério*, 30(3), 108–114. <https://doi.org/10.1016/j.recli.2015.11.002>
- Pasinato, W. (2010). Lei Maria da Penha Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 10(2), 216-232. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2010.2.6484>
- Porto, D. (2018). Mononormatividade, intimidade e cidadania. *Revista Direito GV*, 14(2), 654-681. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201825>
- Rufino, A. C., Madeiro, A., Trinidad, A., Santos, R., & Freitas, I. (2018). Práticas sexuais e cuidados em saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres:

- 2013-2014. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 27(4), e2017499.
<https://doi.org/10.5123/s1679-49742018000400005>
- Santos, A. C. (2012). 'Entre duas mulheres isso não acontece': Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 3-24. <https://doi.org/10.4000/rccs.4988>
- Santos, A. M. R. & Caridade, S. M. M. (2017). Violência nas relações íntimas entre parceiros do mesmo sexo: estudo de prevalência. *Temas psicol.* 25(3), 1341-1356. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2017.3-19Pt>
- Silva J., Fernando J. G. da, & Monteiro, C. F. de S. (2020). Alcohol and other drug use, and mental distress in the women's universe. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(1), e20180268. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0268>
- Silva, A. F. da, Estrela, F. M., Soares, C. F. S. e, Magalhães, J. R. F. de, Lima, N. S., Morais, A. C., et al. (2020). Elementos precipitadores/intensificadores da violência conjugal em tempo da Covid-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(9), 3475-3480. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020259.16132020>
- Scott, J. (1989). *Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica*. New York: Columbia University Press.
- Souza, D. C. (2018). *Relacionamentos abusivos: Significados atribuídos por um grupo de jovens acadêmicos da UFAM*. (Dissertação). Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas.
- Stiles-Shields, C., & Carroll, R. A. (2014). Same-Sex Domestic Violence: Prevalence, Unique Aspects, and Clinical Implications. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 41(6), 636–648.
<https://dx.doi.org/10.1080/0092623X.2014.958792>
- Supremo Tribunal Federal (2011). *Supremo reconhece união homoafetiva*. Recuperado de:
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>
Acessos em 19 de junho de 2020.
- Teixeira, T., & Carneiro, N. S. (2018). Gozar os géneros: para uma escuta queer de não-binarismos de género. *Ex aequo*, (38), 129-145.
<http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.09>
- Topa, M. H. da C. P. (2009). *Violência doméstica em casais homossexuais: das representações sociais dos profissionais que trabalham com vítimas à vivência das vítimas*. (Dissertação). Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação, Universidade do Porto.
- Valadão, R. de C., & Gomes, R. (2011). A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. *Physis*, 21(4), 1451-1467.
<https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000400015>
- Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*. 52(5), 546– 553.
<https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>
- World Health Organization (2010). *Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence*. Geneva: World Health Organization. Acessos em 31 de Maio de 2021, em:
https://www.who.int/violence_injury_prevention/publications/violence/9789241564007_eng.pdf
- World Health Organization & Pan American Health Organization. (2012). *Understanding and addressing violence against women: intimate partner violence*. Geneva: World Health

Organization. Acessos em 31 de Maio de 2021, em:

<https://apps.who.int/iris/handle/10665/77432>

World Health Organization. (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. Geneva: World Health Organization.

Acessos em 31 de Maio de 2021, em:

<https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241564625/en/>

Received:

Accepted: